



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO Nº _____ / 2023

Ao Exmo. Sr. Vereador Presidente

Dr. Gerson Ferreira Varella Neto

Excelentíssimo Presidente,

O vereador abaixo assinado, com fundamento no Inciso II do art. 191 c/c com o art. 193 do Regimento Interno, dessa Casa Legislativa, vem perante V. Exa., satisfeitas as formalidades regimentais vigentes, solicitar que seja encaminhado o presente **REQUERIMENTO À EXCELENTÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SRA. MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO, com a solicitação que seja encaminhada a essa Casa, em CARATER DE URGÊNCIA, todos os valores gastos no evento “ Grande dia de Educação”, bem como os valores de cada show, aluguel do espaço para realização do evento, bufê. Por fim, requer a cópia das dispensas de licitação dos shows.**

A Constituição assegura o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, XXXIV, *a*, da CF/88) e o direito à obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, *b*, da CF/88).

Em outras palavras, o direito de petição é um típico direito fundamental de caráter geral ou universal (direito da pessoa humana), assegurado a todos, pessoas físicas ou jurídicas, brasileiros ou estrangeiros, ou até mesmo a entes não dotados de personalidade jurídica.

Lado outro, cumpre esclarecer que a garantia constitucional anteriormente aduzida figura também como mecanismo apto para a materialização do plexo normativo de outros direitos



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

fundamentais, entre os quais sobressai, de modo indissociável, o direito de acesso à informação previsto no artigo 5º, XXXIII, do texto constitucional.

Mas não é só, a **Lei de Procedimento Administrativo** estabeleceu que a **Administração deve emitir decisão** nos processos administrativos e **sobre solicitações** ou reclamações, **em matéria de sua competência** (Lei federal n. 9.784/99, art. 48). Confira-se:

Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e **sobre solicitações** ou reclamações, **em matéria de sua competência**.

Em outras palavras, a Lei de Procedimento Administrativo, buscando conferir efetividade ao direito fundamental de petição, fixou como dever da Administração Pública *“explicitamente emitir decisões sobre as solicitações em matéria de sua competência”*.

Na presente hipótese, a garantia constitucional do direito de petição e direito de informação está sendo usada pelo Poder Legislativo, legal e constitucionalmente constituído, bem como por Edil democraticamente eleito, para representar os cidadãos dessa *urbe*, ou seja, trata-se de interesse coletivo.

Diante de todo o anteriormente disposto, esse Vereador **requerer que seja encaminhado a essa Casa Legislativa todos os valores gastos no evento “ Grande dia de Educação”**, bem como os valores de cada show, aluguel do espaço para realização do evento, bufê. Por fim, requer a cópia das dispensas de licitação dos shows.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, aos 27 de novembro de 2023.

VALDINEI LACERDA
Vereador – PSD